AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

O MERCADO DE TRABALHO RURAL: EVOLUÇÃO RECENTE, COMPOSIÇÃO DA RENDA E DIMENSÃO REGIONAL

BERNARDO CAMPOLINA; FERNANDO GAIGER SILVEIRA;

IPEA

BRASÍLIA - DF - BRASIL

bcampolina@terra.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil

O mercado de trabalho rural: evolução recente, composição da renda e dimensão regional

Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar as mudanças no mercado de trabalho rural brasileiro nos últimos dez anos. Este trabalho está dividido em três partes além de uma breve introdução. A primeira parte mostra o desempenho do mercado de trabalho e da renda rural brasileira com base nas informações das PNAD e das RAIS. São analisados o comportamento da população rural brasileira e a evolução da PEA rural, destacando-se a importância das ocupações não-agrícolas, a taxa de desocupação e a composição da mão-de-obra segundo a posição na ocupação. Em seguida, discuti-se a evolução dos rendimentos da população rural, decompondo-os segundo sua origem – trabalho, aposentadorias e pensões, transferências e outras fontes –, bem como da desigualdade da renda pessoal meio rural. Por fim, são cotejadas as informações das PNAD e da RAIS em relação ao grau de formalização da mão de obra ligada as atividades agropecuárias.A segunda parte procura mostrar as diferenças regionais nos mercados de trabalho rural e agrícola brasileiro, tendo por base os Censos Demográficos, a PNAD e a RAIS, centrando o foco nas especificidades no perfil da mão-de-obra, na composição dos rendimentos, no peso das ocupações não-agrícolas e no nível de formalização.Por último são apresentadas algumas considerações finais.

Palavras chaves: agricultura, mercado de trabalho, renda, perfil, PNAD

Abstract

This paper focuses on the changes in income and activity sectors on the economically active rural population (EAP) between 1996 and 2006. Besides a brief introduction, its divide into more tree parts. The first part analyzes the changes in income and activity sectors based on the

National Household Survey (PNAD) and on Statistics of Employment form them Ministry of Labor, RAIS. We present the evolution of the rural EAP showing how important are nonfarm employment and income for the rural population and the changes occurred during the past 10 years. We also discuss the composition of income according to its origins: rural farm incomes (RFI), rural nonfarm incomes (RNFI), aposentadorias e pensões, and government transfers, as well as the evolution of income inequality. Information of PNAD and RAIS are put together to verify changes in the formal labor market. The second part tackles the same subjects but focusing on the regional differences, were we show that the changes observed are not equally distributed across the country. The last part brings some conclusions and comments about the changes observed.

Key words: agriculture, labor market, income, profile, PNAD

Área 5 - Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil.

1 - Introdução

A partir da constatação que o meio rural de vários países latino-americanos passou por um rápido processo de urbanização, sendo que uma das principais características foi o aumento de importância de ocupações não agrícolas, vários autores incorporaram essa temática ao estudo do mercado de trabalho nos países em desenvolvimento. É fato que o meio rural brasileiro passou por um processo de mudanças profundas nos últimos anos, o que fez com que as diferenças em relação às áreas urbanas se reduzissem. No entanto, as áreas rurais brasileiras ainda mantêm especificidades próprias, dentre as quais pode-se mencionar: famílias mais numerosas, piores condições de moradia, piores indicadores educacionais (maiores taxas de analfabetismo e menos anos de estudo), maior importância das transferências para composição da renda total das famílias, maior importância dos gastos com alimentação em detrimento de gastos com educação, saúde e habitação, menor nível de renda per capita (Diniz et al, 2007).

No caso brasileiro alguns autores realizaram estudos com vistas a compreender essas mudanças no meio rural, cabendo destacar os trabalhos de Graziano da Silva (1996), Campanhola e Graziano da Silva (2000), Graziano da Silva e Del Grossi (2001), Kageyama (2004), Del Grossi e Graziano da Silva (2005). Nestes trabalhos os autores procuram analisar as mudanças no meio rural brasileiro utilizando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. O enfoque consiste em analisar em que medida as mudanças da economia brasileira e em especial aquelas observadas na agricultura afetaram o meio rural brasileiro ao longo da década de 1990.

Os primeiro trabalhos que tiveram um enfoque baseado na analise do mercado de trabalho agrícola para a América Latina e Caribe foram feitos no final da década de 1970, dentre os quais destacam-se os trabalhos clássicos de Anderson, et al. (1980) Figueroa (1981), de Janvry, et al (1986) e Klein (1992). Estes autores basearam-se em Censos Demográficos de diferentes países latino-americanos para avaliarem a importância do trabalho e do rendimento dos setores não agrícolas (RNA) na composição do rendimento das populações rurais. Para os anos analisados, estes trabalhos mostram que algo entre 25% a 30% das ocupações da população em áreas rurais se concentrava em atividades não agrícolas. Com dito, o crescimento das ocupações não-agrícolas é decorrente do contínuo processo de urbanização do campo, com o transbordamento das cidades e a integração dos mercados de trabalho, assistindo-se a uma convergência dos indicadores sócio-demográficos entre o urbano e o rural. Esse processo se aprofundou, nos anos 80 e 90, em razão da abertura comercial associada à queda dos preços agrícolas e do aprofundamento das mudanças tecnológicas, notadamente da externalizacao – industrialização – de parcela das atividades antes desenvolvidas nos próprios estabelecimentos agropecuários O crescimento das atividades não-agrícolas, nesse cenário, passou a ser visto – e os dados corroboravam – como um caminho para a redução da pobreza rural e, em conseqüência, da desigualdade da renda. Todavia, as atividades não-agrícolas apresentam elevado grau de heterogeneidade, chegando, inclusive a reforçar a desigualdade da renda, o que somado a persistência da pobreza nas áreas rurais, implicou a retomada da discussão sobre o mercado de trabalho rural, marcada, agora, por um maior ceticismo quanto as potencialidade das atividades não-agrícolas.

Reardon, et al (1998) chamam atenção para o fato de que cada vez mais o setor agrícola tendera a perder importância para a geração de postos de trabalho e de renda do trabalho em detrimento dos setores não agrícolas. Neste trabalho o autor analisa os paradoxos e os desafios do desenvolvimento do emprego rural na América Latina a partir de três enfoques: o primeiro, no nível micro, investiga aspectos ligados ao capital humano e as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho (educação, posse da terra, capital físico). O segundo nível de análise diz respeito a aspectos meso, ou seja, inerentes a região, seu

dinamismo, volume de produção, conexão com mercados e infra-estrutura. A terceira abordagem diz respeito aos aspectos macroeconômicos e de regulação de acesso a mercados.

Graziano da Silva e Del Grossi (2001) analisam as mudanças ocorridas na década de 1990. A principal constatação é de que a renda de atividades não agrícolas continuou crescendo ao longo da década associada à queda dos rendimentos agrícolas, ocorrendo, também, diminuição em nas ocupações ligadas ao setor agrícola. Os autores constatam que a participação da renda não-agrícola superou a da renda agrícola, chegando, no final da década de 1990, a responder por 42% da renda total frente a 38% das rendas agrícolas, com o restante ficando a cargo das rendas não provenientes do trabalho.

Del Grossi e Graziano da Silva (2005) procuram analisar as mudanças no mercado de trabalho na década de 1990 e início do século XXI. As constatações são diversas daquelas observadas no trabalho anterior, primeiramente porque as ocupações agrícolas passam a crescer novamente. E, não só as ocupações agrícolas crescem, mas observa-se, também, nesta primeira metade da atual década, recuperação das rendas de origem agrícola, com a relação renda agrícola/não-agrícola se invertendo. Isto é, a parcela da renda proveniente de atividades agropecuárias voltou a ser mais importante na composição final da renda das famílias rurais. Essas alterações se devem ao comportamento dos preços das *commodities* agrícolas. Outra alteração, que já vinha se observando desde o inicio dos anos 90, é de crescimento das outras fontes rendas que não o trabalho – aposentadorias, transferências governamentais e interpessoais de renda e outros recebimentos, tendo ganhado ainda mais espaco na composição da renda. Isso porque, as políticas previdenciária e de garantia de renda foram, nos últimos anos, objeto de valorização e ampliação. Exemplo disso é a quase universalização da previdência social junto aos idosos do campo, associada ao crescimento real do salário mínimo, e o *boom* dos programas de transferência de renda, cuja cobertura junto as populações rurais é muito expressiva.

Os três aspectos destacados por Reardon, et al (1998) são importantes para o processo de desenvolvimento do emprego rural. Neste texto, onde centraremos o foco na apresentação de fatos estilizados sobre o mercado de trabalho rural, o enfoque das analises se voltará ao aspecto mesoeconomico e, em alguma medida, micro. Isso porque se buscou interpretar os dados e as mudanças ocorridas associando-as ao desempenho dos mercados agrícolas, às particularidades regionais, às políticas públicas e, em alguma medida, as características das famílias. Nesse particular, com bem aponta Nery (2006), ainda que a posse da terra – capital físico – seja o principal determinante no nível de renda das famílias rurais, o crescimento das atividades não-agrícolas fez com o capital humano – a escolaridade – ganhasse destaque no estabelecimento das rendas rurais.

O crescimento das rendas que não do trabalho, num cenário de recuperação da renda agrícola e de queda da desigualdade, fatos observados na atual década, é um aspecto privilegiado no texto. Vale investigar que efeitos os programas de transferência de renda podem ter sobre as rendas agrícolas e não-agrícolas seja por "libertar" os trabalhadores – crianças e jovens, especialmente – dos trabalhos degradantes e precários e possibilitar aos pobres o acesso a educação, o que, ao reforçar seu capital humano, melhora as condições de acesso a mercados de trabalhos agrícolas e não agrícolas.

Com esse quadro de referência, o trabalho investiga as mudanças ocorridas no mercado de trabalho rural a partir da análise de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, da Relação de Informações Sociais (RAIS) e do Censo Demográfico. Além dessa breve introdução este trabalho está dividido em mais três partes. A primeira parte mostra o desempenho do mercado de trabalho e da renda rural brasileira com base nas informações das PNAD e das RAIS. São analisados o comportamento da população rural brasileira e a evolução da PEA rural, destacando-se a importância das ocupações não-agrícolas, a taxa de desocupação e a composição da mão-de-obra segundo a posição na

ocupação. Em seguida, discuti-se a evolução dos rendimentos da população rural, decompondo-os segundo sua origem – trabalho, aposentadorias e pensões, transferências e outras fontes –, bem como da desigualdade da renda pessoal meio rural. Por fim, são cotejadas as informações das PNAD e da RAIS em relação ao grau de formalização da mão de obra ligada as atividades agropecuárias.

A segunda parte procura mostrar as diferenças regionais nos mercados de trabalho rural e agrícola brasileiro, tendo por base os Censos Demográficos, a PNAD e a RAIS, centrando o foco nas especificidades no perfil da mão-de-obra, na composição dos rendimentos, no peso das ocupações não-agrícolas e no nível de formalização.

Por último são apresentadas algumas conclusões e apresentadas algumas hipóteses de investigação como agenda futura de pesquisa que carece de estudos mais aprofundados para melhor compreender as mudanças observadas no perfil do trabalhador brasileiro neste início de século XXI.

2- Mudanças no mercado de trabalho rural brasileiro

Nos últimos 15 anos os mercados de trabalho rural e agrícola, logo, os perfis de seus trabalhadores agrícolas mudaram substantivamente. Os processos de separação entre esses dois espaços no que respeita o trabalho se aprofundaram, isto é, cada vez mais moradores do campo desenvolvem atividades outras que não as ligadas e parcela importante do trabalho na agricultura é desenvolvida por moradores de núcleos urbanos. Todavia, esse distanciamento ainda não representa o fim do predomínio de trabalhadores residentes no meio rural nas atividades agrícolas. Efetivamente, 70% dos trabalhadores engajados em atividades agrícolas residem no campo e 73% dos moradores no campo desenvolvem atividades primárias.

As novas tecnologias, a abertura comercial, a competição e o aumento dos processos de urbanização provocaram alterações significativas no campo brasileiro. Nessa direção, as ocupações do setor agrícola também sofreram alterações e se sofisticaram, com o trabalhador braçal perdendo espaço para o operador da máquina, isto é, observa-se um aumento na demanda de qualificação na mão-de-obra agropecuária.

Na tabela 1, onde consta a evolução da população rural total e a ocupada na agricultura e nos outros setores, verifica-se, de um lado, o aumento no grau de urbanização da sociedade brasileira e, de outro, a estabilidade na importância na mão-de-obra rural das pessoas envolvidas em atividades não agrícolas. Como a queda da população rural se dá entre os anos 90 e a atual década não se pode caracteriza-la como um esvaziamento do campo, dado que tal movimento decorre do fato do IBGE atualizar a cada novo Censo a delimitação dos espaços urbanos com base nas legislações municipais. Concretamente, a distinção entre rural e urbano no Brasil é de caráter legal-administrativo não guardando relação direta com processos e variáveis demográficas, notadamente a densidade populacional, como ocorre nos paises centrais. Assim, a queda na população rural de 31,8 milhões de pessoas, em 1993, para 27,6 milhões de pessoas, em 2006, se deve a atualização das malhas municipais de seus perímetros urbanos. E, como se pode notar, tanto nos anos 90 como na atual década a população domiciliada nos setores censitários definidos como rurais, em 1991 e em 2000, pouco se alteraram, tendo, inclusive aumentado nos anos extremos de cada uma das séries, ou seja, 1993 e 1999, de um lado, e 2001 e 2006, de outro. Ou seja, pode-se afirmar que o campo não esta se esvaziando, o que fica patente pela estabilidade na população com 10 anos e mais entre 1993 e 2006. O arrefecimento do êxodo rural, marca das décadas de 70 e 80, é acontecimento de grande significado, notadamente o comportamento na primeira metade da atual década, podendo-se creditar essa relativa “re-ruralização” aos efeitos da política de apoio a agricultura familiar, da reforma agrária, do crescimento das atividades agrícolas na região Centro-Oeste e no cerrado setentrional, da previdência rural e dos programas de transferência de renda, bem como da maior integração entre os mercados urbanos e rurais.

No que se refere à população rural ocupada[1] os dados apontam para um quadro semelhante, ou seja, relativa estabilidade nos anos 90 – 17 milhões de pessoas - e na atual década – 15 milhões de pessoas – com a mudança de patamar se devendo a atualização da malha urbana-rural. Assisti-se, nos anos 90, a uma diminuição do ocupados agrícolas residentes no meio rural, sendo mais pronunciada ao se considerar a PEA restrita, o que não se assiste na atual década. [2]

O destaque fica por conta do aumento da população residente no meio rural ocupada em atividades não agrícolas, significando uma diminuição no peso das ocupações agrícolas no trabalho dos residentes no meio rural. Assim, se nos anos iniciais dos 90 e da atual década cerca de 4/5 dos residentes no campo desenvolviam atividades agrícolas, nos anos finais – 1999 e 2006 – essa participação cai para menos de 3/4.

Tabela 1 - Evolução da População Rural: total e ocupada – agrícola e não agrícola

Ano	Agrícola (A)	Não agrícola (B)	PEA Rural Ocupada (C)	Índice (1993=100)	Participação das ocupações agrícolas (A/C) %	População rural	População de 10 anos e mais
1993	13.137.347	3.759.614	16.896.961	100	78	31.765.810	23.655.049
1995	13.182.348	3.879.886	17.062.234	101	77	31.655.025	23.925.023
1996	12.013.393	3.940.861	15.954.254	94	75	31.478.304	24.100.668
1997	12.303.962	4.056.447	16.360.409	97	75	31.376.426	24.017.037
1998	12.027.932	4.476.118	16.504.050	98	73	31.926.723	24.580.256
1999	12.932.874	4.658.077	17.590.951	104	74	32.824.461	25.601.954
2001	10.903.267	3.338.097	14.241.364	84	77	26.926.910	21.113.752
2002	11.171.672	3.408.549	14.580.221	86	77	27.112.673	21.416.138
2003	11.195.481	3.430.316	14.625.797	87	77	27.205.138	21.607.860
2004	11.070.087	3.611.769	14.681.856	87	75	27.113.769	21.630.666
2005	11.401.702	4.013.061	15.414.763	91	74	27.938.060	22.458.404
2006	11.004.656	4.044.378	15.049.034	89	73	27.616.700	22.389.684

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.

A tabela 2 apresenta a evolução dos ocupados no meio rural e no setor agrícola, buscando-se comparar o peso dos ocupados em atividades que não aquelas que caracterizam os meios rural e urbano. Se o crescimento das atividades não-agrícolas decorre, em grande medida, do espraiamento da vida urbana e da maior integração entre os mercados de trabalho urbano e rural é de se esperar, também, um desempenho favorável dos trabalhadores agrícolas residentes no meio urbano. É fato, no entanto, que o crescimento desse segmento ganhou destaque nos anos 80, quando a figura do "bóia-fria" ganhou o centro tanto dos estudos do mercado de trabalho na agricultura como da arena política no âmbito da questão agrária. Assim, o desempenho nos anos 90 parecia apontar para o esvaziamento dessa modalidade de

[1] Empregou-se o conceito de PEA da PNAD, delimitação que o IBGE passou a utilizar a partir de 1992, considerando como membros da PEA os trabalhadores não remunerados (em auxilio a outro trabalhador ou que se dedicam à produção para o próprio consumo ou à construção para o próprio uso). É usual nos estudos sobre o mercado de trabalho rural restringir a PEA, não considerando os não remunerados com menos de 15 horas semanais e os que se dedicam exclusivamente a produção para autoconsumo e à autoconstrução.

[2] "... enquanto nos anos 90 a PEA agrícola vinha se reduzindo, nos primeiros anos de 2000, as pesquisas apontam para uma estabilidade da PEA rural ocupada na agricultura em torno de 8,8 milhões de pessoas, no período 2001-2004" (DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA, 2006: 204). Vale sublinhar que os autores estão tratando dos dados da PEA restrita.

emprego, o que não se confirmou, pois na primeira metade da atual década esse grupo é mais numeroso que o dos trabalhadores não-agrícolas domiciliados no campo[3].

Tabela 2 - Evolução do pessoal ocupado agrícola e não agrícola rural e dos desocupados rurais, Brasil – 1996, 1999, 2002, 2005 e 2006

(em 1.000)

Anos	Agrícola			Não Agrícola	Desocupados rurais	não agrícola rural/agrícola urbano (%)	taxa desocupados rurais (%)
	Urbano	Rural	Total	Rural			
1993	4.634	13.137	17.772	3.760	263	81,1	1,6
1996	4.162	12.013	16.175	3.941	344	94,7	2,2
1999	4.245	12.933	17.178	4.658	536	109,7	3,0
2002	4.576	11.172	15.748	3.408	380	74,5	2,6
2005	4.887	11.402	16.288	4.013	462	82,1	3,0
2006	4.749	11.005	15.754	4.044	464	85,1	3,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.

A tabela 3 apresenta dois conjuntos de informação: i) a composição da população economicamente ativa, segundo a posição na ocupação; e ii) a participação das atividades não-agrícolas nas diferentes posições na ocupação. Não houve no período mudanças significativas tanto nas participações das diferentes posições na ocupação como no peso em cada uma das posições das atividades não-agrícolas, apesar do crescimento de participação, como já dito, das atividades não-agrícolas no meio rural. Fica patente, por outro lado, a baixa participação no meio rural de trabalhadores com carteira, sendo que de 2/3 deles encontram-se em atividades não-agrícolas. De outra parte, fica clara a precariedade das ocupações no meio rural, com os não-remunerados e os trabalhadores sem carteira respondendo por mais da metade da PEA rural, ainda que a desocupação seja pouco freqüente no meio rural. Em verdade, frente aos anos 80, a desocupação é uma novidade e vem apresentando taxas de crescimento relativamente expressivas (Tabela 2).[4]

Um outro aspecto que merece atenção diz respeito a pluriatividade, que vem crescendo e se tornando cada vez mais freqüente no meio rural brasileiro. Conceição, et al (2007) aponta, entre suas causas, o processo de urbanização do campo, resultante de um transbordamento das cidades e do mercado de trabalho para as áreas rurais situadas no seu entorno, e a crise do setor agrícola decorrente da abertura comercial dos anos 1990. No entanto, nos últimos anos, com a alta dos preços das *commodities* agrícolas, esse efeito não esta mais presente, o que parece, inclusive, ser um dos motivos da recuperação da PEA rural ocupação em atividades agrícolas.

De outra parte, Graziano da Silva e Del Grossi (2001) chamam atenção para a externalização de atividades antes desenvolvidas no interior das propriedades. Ou seja, parte das ocupações não agrícolas criadas vincula-se à renda agropecuária e à demanda por bens e serviços do setor agropecuário. Há, portanto, um grau de interdependência de algumas

[3] "[No período 2001-2004] se destaca o ... crescimento significativo das pessoas ocupadas na agricultura com residência urbana, em contraposição com a forte redução observada na década anterior ... Umas das possíveis explicações é a performance excepcional do *agribusines* brasileiro no início do século 21, em função dos elevados preços alcançados pelas *commodities* agropecuárias" (DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA, 2006: 204). Como já apontado os autores trabalham com a PEA restrita, além de terem comparados os dados de 1999 com 1992, diversamente do apresentado na tabela 2.

[4] "... outra novidade já captada nos anos 90 ... : a presença de pessoas desempregadas, mas mantendo a residência rural. Até meados dos anos 80, a residência rural era sinônimo de ocupação, e quando se perdia o vinculo com atividade agrícola, também se perdia a residência na área rural" (DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA, 2006: 210).

atividades não agrícolas em relação ao setor agropecuário, fazendo, portanto, que o desempenho dessas atividades esteja associado, em alguma medida, aos ciclos da atividade e renda agropecuárias. Ou seja, nos momentos de crise e queda de preços há retração das ocupações não agrícolas ligadas a agropecuária, enquanto na expansão das atividades agrícolas, decorrentes de uma maior demanda por produtos agropecuários, a demanda por bens e serviços não agrícolas é estimulada, gerando alternativas de ocupações melhor remuneradas, o que por sua vez influencia nos salários pagos no setor agropecuário. Nesse sentido, Reardon (1998) chama atenção para a importância das atividades não agrícolas para superação da pobreza rural. Entretanto, o crescimento dessas atividades vinculadas ao setor não agrícola precisa estar estreitamente ligado ao crescimento do setor agropecuário, caso contrário, a heterogeneidade do setor agrícola se reproduz nas ocupações não agrícolas (Conceição, et al, 2007).

"Em São Paulo, Rio de Janeiro e DF verificam-se os maiores valores para a presença da pluriatividade, confirmando o fenômeno verificado em outros países, em que a combinação de atividades pelas famílias agrícolas depende de uma rede urbana relativamente densa e de mercados locais desenvolvidos para poder se efetivar" (KAGEYAMA, 2003: 78).

Outro aspecto bastante discutido na literatura internacional sobre a expansão das atividades rurais não agrícolas diz respeito aos seus impactos sobre a desigualdade de renda nos países menos desenvolvidos. Se há consenso quanto ao fato das ocupações em atividades não agrícolas serem um meio de abrandar/superar a pobreza rural por diversificar as fontes de renda rural, os impactos sobre a desigualdade são avaliados com muita precaução.

Reardon et al (1998) ressalta que embora as famílias pobres tenham necessidade de ascender a ocupações remuneradas fora do setor primário para superar sua condição de pobreza, sua capacidade de ascensão fica bastante restrita aos trabalhos casuais, de baixa qualificação e mal remunerados. O motivo é a carência de ativos como capital inicial e educação, necessários principalmente para se alcançar atividades mais produtivas e de maior rentabilidade. As famílias ricas, ao contrário, como têm uma mão-de-obra qualificada e recursos financeiros, podem se dedicar às ocupações mais rentáveis. Dessa forma, as atividades não-agrícolas podem tanto contribuir para reduzir a concentração da renda rural quanto para aumentá-la, dependendo da sua participação na renda total da população relativamente pobre e rica (Reardon, et al 1998).

Ney (2006: 17) analisa justamente essa questão, ao apontar, de um lado, "que as ocupações rurais não-agrícolas são consideradas parte da solução do problema da pobreza rural, pelos seguintes motivos: a) a agricultura tem contribuído cada vez menos para a geração de emprego; b) o nível de desigualdade de renda na agricultura, atividade em que a maior parte da população rural está ocupada, é alto; c) as rendas rurais não-agrícolas podem complementar o rendimento familiar dos agricultores com pouca ou nenhuma terra; d) atividades de processamento e de comercialização de alimentos agregam valor e atenuam o efeito da instabilidade dos preços dos produtos agrícolas".

De outra parte, sua hipótese de trabalho "é que, nas áreas rurais do país, a participação da indústria e do setor de serviços na geração de emprego, posições de trabalho e renda contribui para a diminuição da influência da posse da terra e o aumento do efeito da educação na conformação da renda. Mas porque sua população relativamente pobre tende não só a sofrer com a escassez de terra para plantar, provocada por uma elevada concentração fundiária, como também com a carência de capital humano, outro ativo relevante na determinação de sua renda, as atividades não-agrícolas podem contribuir para o aumento da desigualdade em vez de reduzi-la" (p. 2).

Os três gráficos seguintes ilustram a evolução, entre 1996 e 2006, da composição da renda dos domicilios rurais, mostrando, ademais, o desempenho de cada um dos componentes,

em termos de valores médios mensais domiciliares *per capita* de outubro de 2007[5]. Considerou-se cinco fontes de renda, a saber: trabalho agrícola, trabalho não-agrícola, aposentadorias e pensões, transferências de renda e outros tipos. No caso das aposentadorias e pensões foram contempladas tanto as públicas como as privadas, bem como Abono de Permanência, sendo que no caso das públicas a pesquisa não distingue entre as procedentes do Regime Geral da Previdência (INSS) e as dos Regimes Próprios, ou seja, do funcionalismo público. No que concerne às transferências de renda, buscou-se chegar a uma "*proxi*" do montante concedido através de benefícios assistenciais (BPC-LOAS) e dos programas de transferência condicionada de renda – onde se destaca o Bolsa Família. Isso foi feito selecionando na variável "outros rendimentos" todos os valores iguais aos dos benefícios: um salário mínimo para o BPC e os distintos valores do Bolsa Família a depender da presença de crianças e dos número delas. Selecionou-se, ademais, três anos intermediários entre 1996 e 2006 com o intuito de melhor captar as alterações ocorridas.

Tabela 3 - Evolução da composição da população economicamente ativa no meio rural e participação do trabalho não agrícola rural, segundo as posições na ocupação, Brasil – 1996, 1999, 2002, 2005 e 2006.

Posição na Ocupação	1996		1999		2002		2005		2006	
	composição (%)	% não agrícola	composição (%)	% não agrícola	composição (%)	% não agrícola	composição (%)	% não agrícola	composição (%)	% não agrícola
Conta própria	25	21	25	23	26	19	24	23	25	23
Empregado com carteira	13	65	13	66	11	61	13	63	14	65
Empregado sem carteira	17	30	17	35	17	30	18	31	17	31
Doméstico	4	100	4	100	4	100	4	100	4	100
Empregador	2	25	2	31	2	30	2	26	2	28
Desocupados	2		3		3		3		3	
Não remunerados	37	3	36	4	37	3	36	3	35	4
Total (em 1.000)	16.273	25	18.133	26	14.959	23	15.877	26	15.514	27

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Notas: (1): Não se considerou a Região Norte – até mesmo o estado de Tocantis
(2): Não se consideraram os membros da PEA sem declaração da posição na ocupação.

No primeiro gráfico, que apresenta os dados para o conjunto dos domicilios rurais, exceto os localizados na região norte, observa-se uma queda da importância da renda do trabalho (agrícola e não agrícola) compensada pelo aumento de participação das aposentadorias e pensões e, nos últimos anos, pelo crescimento das transferências de renda. Mas a queda de participação dos rendimentos do trabalho agrícola e não-agrícola não foi invariável, tendo se observando, na segunda metade dos anos 90 (1996 a 2001), uma diminuição mais pronunciada do peso da renda não-agrícola, com a renda do trabalho na agricultura preservando-se estável. Já no período 2001-2006, há uma recuperação na participação da parcela não-agrícola com perdas no componente agrícola.

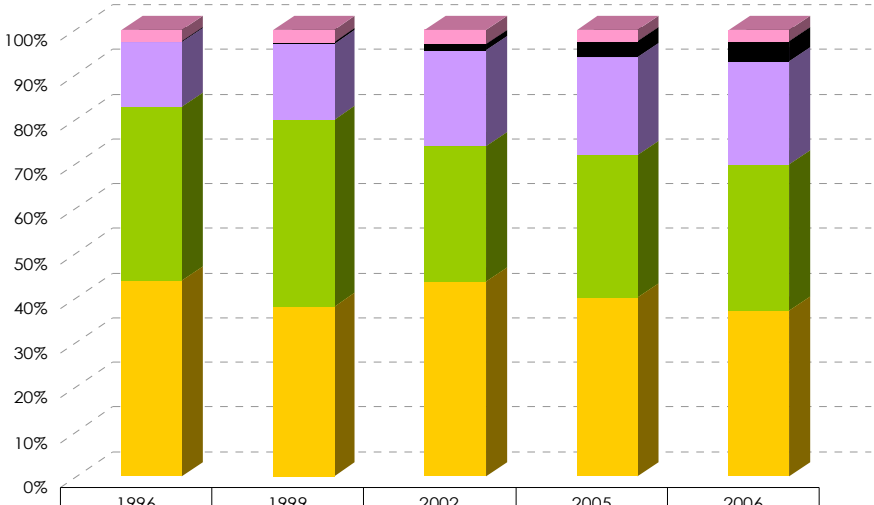
Em relação aos valores absolutos, aposentadorias e pensões e as outras transferências de renda tiveram aumento expressivo, entre 1996 e 2006, com as primeiras crescendo quase 60% em termos reais. Já as transferências eram quase inexistentes, em 1996, atingindo a pouco mais de R$ 10 *per capita*, em 2006.

Os gráficos 2 e 3 apresentam a evolução, entre 1996 e 2006, da composição da renda e os valores mensais domiciliares *per capita* para os 40% mais pobres e os 20% mais ricos da população rural brasileira, salvo a do norte. Fica patente a diferença de composição da renda rural entre os mais ricos e os mais pobres, bem como a distancia entre os valores absolutos. Concretamente, os 20% mais ricos domiciliados no meio rural tinham renda mensal

[5] Empregou-se o INPC-A como deflator.

domiciliar *per capita*, em 2006, sete vezes maior que os 40% mais pobres. Interessante notar, no entanto, que o valor per capita das transferências situava-se em patamar próximo tanto para os ricos quanto para pobres, com a renda mensal domiciliar *per capita* de transferências dos 40% mais pobres em R$ 12,30 ao passo que os 20% mais ricos recebiam R$ 9,10. Tal fato parece indicar haver problemas na *proxi* empregada ou em dificuldades na efetiva focalização dos programas de transferência de renda.

Gráfico 1 - Evolução da composição da renda domiciliar per capita Brasil – 1996, 1999, 2002, 2005 e 2006.



	1996	1999	2002	2005	2006
outras fontes	4,8	5,2	6,2	5,5	6,1
transferências	0,3	1,1	2,5	7,7	10,6
aposentadoria e pensões	26,5	32,1	40,1	47,3	54,4
não agrícola	71,2	79,0	56,4	68,2	77,2
agrícola	80,1	71,9	81,6	86,3	87,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Nota: Valores da tabela em R$ de outubro de 2007, deflacionados.pelo INPC-A.

Há outras diferenças significativas quando se comparam estes dois extratos de renda. Uma delas diz respeito às aposentadorias e pensões que são mais importantes entre os 20% mais ricos, o que se deve, em grande medida, ao fato de que domicilios que não contam com aposentados e pensionistas apresentarem níveis de renda muito baixos. Assim, as dificuldades do mercado de trabalho rural e a não captação pela PNAD das rendas não monetárias tornam a previdência social rural fator de distinção dos domicilios na estrutura distributiva.

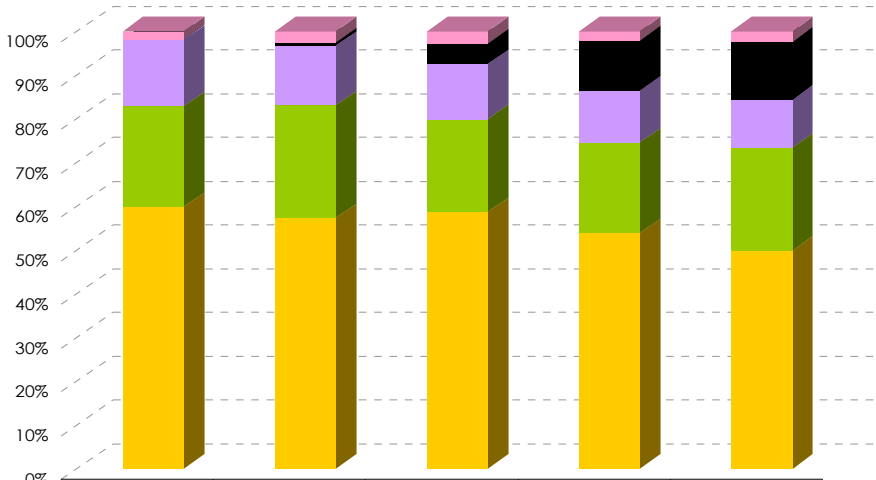
Os resultados apresentados são coerentes com aqueles observados por Kageyama (2003) no seu estudo sobre a diversificação da renda dos domicilios agrícolas nos anos 90. “Em resumo, houve no Brasil um movimento no sentido de diversificação da origem das rendas nos domicílios agrícolas, que, no entanto refletiu, quase exclusivamente, o aumento da participação das rendas previdenciárias e de outras fontes na renda domiciliar, e não a diversificação das ocupações entre os membros do domicílio” (p. 84). Observou-se, na primeira metade desta década, a um aprofundamento desse processo decorrente do crescimento real das aposentadorias rurais, conseqüência da valorização do salário mínimo, e da ampliação, ou melhor, da maior efetividade dos programas de transferências de renda.

Outra diferença diz respeito à importância da renda agrícola. Entre os 40% mais pobres a renda agrícola é muito mais importante do que entre os 20% mais ricos, apontando para o fato das rendas não agrícolas e os benefícios previdenciários serem fatores de ampliação do nível de renda.

Apesar das diferenças ainda significativas entre a renda dos 40% mais pobres e dos 20% mais ricos, verificou uma diminuição das distancia entre pobres e ricos, com a dos

primeiros tendo crescido mais que a dos ricos. Esse comportamento das rendas, como se verá, significou queda na desigualdade da renda rural.

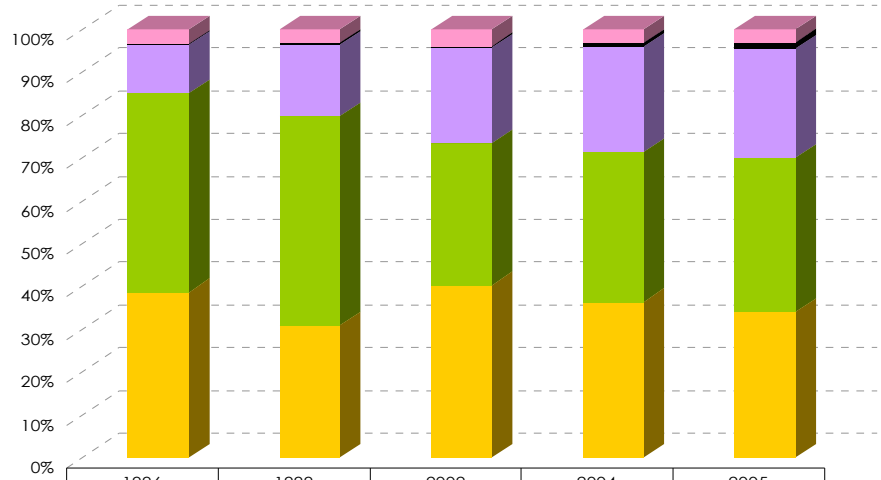
Gráfico 2 - Evolução da composição da renda domiciliar per capita dos 40% mais pobres, Brasil – 1996, 1999, 2002, 2005 e 2006.



	1996	1999	2002	2005	2006
outras fontes	1,2	1,8	2,0	1,7	2,1
transferências	0,1	0,6	3,4	9,5	12,3
aposentadoria e pensões	10,0	9,4	9,0	9,9	10,0
não agrícola	14,9	18,0	15,4	17,1	21,8
agrícola	39,2	40,1	42,5	44,7	46,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Nota: Valores da tabela em R$ de outubro de 2007, deflacionados.pelo INPC-A.

Gráfico 3 - Evolução da composição da renda domiciliar per capita dos 20% mais ricos, Brasil – 1996, 1999, 2002, 2005 e 2006.



	1996	1999	2002	2004	2005
outras fontes	18,1	17,1	20,6	18,2	19,7
transferências	1,0	2,2	1,6	6,1	9,1
aposentadoria e pensões	60,4	89,4	116,7	144,4	163,7
não agrícola	248,1	261,9	172,9	206,8	232,5
agrícola	206,1	165,4	209,5	214,9	218,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Nota: Valores da tabela em R$ de outubro de 2007, deflacionados.pelo INPC-A.

A renda domiciliar *per capita* permaneceu, grosso modo, estável nos anos 90, tendo ocorrido diminuição na rendas originárias do trabalho – agrícola e não-agrícola – que fora

contrabalançada pelo aumento das outras fontes de renda – previdenciárias e dos denominados outros rendimentos (juros, doações, etc.). Esse desempenho, entre 1996 e 2002, foi mais agudo entre os 20% mais ricos, onde a queda nos rendimentos do trabalho foi de 16%, devido à diminuição da parcela não-agrícola. Situação totalmente diversa se observa entre os 40% mais pobres, onde os rendimentos do trabalho cresceram 7% no período.

Na metade da atual década houve recuperação dos rendimentos agrícolas e não agrícolas e incrementos bem expressivos nos benefícios previdenciários e dos programas de transferências, ou seja, a renda rural teve crescimento real de 20%, entre 2002 e 2006.

A evolução do índice de Gini da renda domiciliar *per capita* rural e agrícola e de seus valores médios, entre 1996 e 2006, é o objeto da tabela 4, apontando para o descompasso de comportamento das rendas agrícola e rural, nos anos 90, observado, também, para todo o período, quando se trata da concentração da renda. Assim, nos dois primeiro intervalos (1996-1999 e 1999-2002) enquanto a renda rural pouco se alterou, a renda agrícola caiu 10% para depois se recuperar. Em relação ao índice de gini, assistiu-se, para a renda agrícola, uma queda expressiva de quase 0,05, entre 1996 e 2002, frente a um comportamento errático na renda agrícola, cujo resultado foi de preserva;ao da desigualdade. Pode-se apontar esse descompasso como decorrente dos desempenhos das rendas rurais não agrícolas sejam do trabalho sejam das outras fontes. Assim, enquanto no período as aposentadorias e pensões cresceram durante todo o período as não agrícolas tiveram desempenho oposto ao das agrícolas, o que permitiu a estabilidade da renda rural. No caso da desigualdade da renda domiciliar *per capita* rural, a queda, que efetivamente ocorre no período 1999-2002, resulta do efeito combinado de recuperação da renda agrícola, associado ao crescimento das aposentadorias e pensões e da queda nas rendas não agrícolas.

Na atual década, assisti-se, como já dito, dois movimentos bastante positivos: crescimento das rendas rural e agrícola associado à estabilidade ou queda na concentração da renda. Concretamente, as rendas rural e agrícola tiveram aumentos, entre 2002 e 2006, de 26,4% e 16,1%, respectivamente. No que concerne o índice de Gini, preservou-se o ganho distributivo, alcançado nos anos 90, na renda rural e o da renda domiciliar agrícola *per capita* teve leve queda. O crescimento das rendas agrícola e rural nos últimos anos resulta do aquecimento dos mercados agrícolas e do crescimento dos programas de transferência de renda, que parecem estar pressionando os salários agrícolas e não-agrícolas. E, no caso da renda rural, há que salientar o incremento real do salário mínimo nos últimos anos, que é valor do beneficio da previdência rural.

No caso da concentração da renda, os dados sugerem que as rendas não-agrícolas têm impactos concentradores, enquanto as rendas agrícolas, as aposentadorias e pensões e os rendimentos dos programas de transferência apresentam efeitos distributivos.[6]

Evidentemente que o desempenho das rendas agrícolas e rurais e de suas desigualdades apresentam particularidades regionais. Assim, o crescimento da renda rural

[6] Ney (2006"78-80) empregando dados do Censo de 2000, conclui que "as atividades não-agrícolas, em vez de reduzirem as disparidades de rendimentos nas áreas de baixo contingente populacional do país, contribuem para aumentá-las". Aponta, ademais, que "as atividades agropecuárias, ao contrário, apresentam razão de concentração inferior ao índice de Gini e contribuem para a redução das desigualdades de rendimentos no meio rural". No que concerne aos programas de transferência de renda e às aposentadorias e pensões, o autor conclui que "as parcelas correspondentes aos programas oficiais de auxílio (renda mínima, bolsa escola ou seguro desemprego), às aposentadorias ou pensões, às pensões alimentícias, mesadas ou doações, ao contrário, contribuem para reduzir as disparidades de renda".
NEDER (2003) chega a conclusões semelhantes ao analisar os impactos das rendas não-agrícolas na desigualdade da renda rural, entre 1992 e 1999, ao afirmar que "as rendas geradas [pelas] atividades [agrícolas] têm a particularidade de serem aumentadoras da concentração de renda rural". Sublinha, ademais, que o "componente das rendas dos domicílios rurais provenientes de transferências, aposentadorias e doações passa a ser mais desconcentradora de renda nas áreas rurais".

decorrente de pressões sobre os salários agrícolas em áreas circunvizinhas de regiões urbanas – cinturões verdes e "lócus" de moradia da classe media alta – e em regiões onde os programas de transferência têm grande expressão são decorrente de fatores bem distintos. Já nas áreas de grande dinamismo da atividade agropecuária, em razão do desempenho dos mercados internacionais de *commodities*, o incremento na demanda por mão-de-obra se dirige, em grande medida, para postos de trabalho mais qualificados – operadores de máquinas e equipamentos – o que implica em maior pressão sobre os salários agrícolas.

Outro movimento recente que se assiste é o aumento na formalidade do trabalho assalariado no meio rural, que se consubstanciou no aumento, entre 2002 e 2006, de quase 400 mil empregados com carteira, o que representou 2/3 do aumento da PEA rural nesses quatro anos. Parcela expressiva desse aumento pode ser creditado ao setor sucroalcooleiro, dado que, entre 2001 e 2005, foram criados cerca de 110 mil postos de trabalho formais no cultivo de cana-de-açúcar. Com isso, atingiu-se no segmento um grau de formalização da força de trabalho próximo a 3/4, chamando a atenção a melhora nos indicadores nos assalariados temporários7.

Tabela 4 - Evolução do Índice de Gini e da Renda Domiciliar per capita: domicílios rurais e agrícolas 1996, 1999, 2002, 2005 e 2006

Anos	Rural		Agrícola	
	Gini	Renda (R$ de set. 2007)	Gini	Renda (R$ de set. 2007)
1996	0.548	182.90	0.607	350.94
1999	0.536	189.32	0.579	315.03
2002	0.505	186.85	0.591	364.91
2005	0.509	215.05	0.584	386.73
2006	0.508	236.16	0.576	423.61

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Nota: (1): Apenas rendas positivas, exclusive o norte rural, inclusive Tocantins.
(2): Valores deflacionados pelo INPC-A.

A tabela 5, que apresenta o número de pessoas empregadas segundo a Relação de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, busca ilustrar esse processo de crescimento da mão-de-obra formal na agricultura e em ramos a ela ligados. Isto é, os trabalhadores dos principais segmentos agroindustriais processadores de matérias-primas e alimentos. O número de empregados formais na agricultura passou de 994 mil, em 1996, para 1,4 milhões de pessoas, em 2006, o que representa uma taxa de crescimento anual de 3,2%. Apesar disso, a participação da agricultura no total de empregados formais apresentou ligeira queda nos dez anos aqui analisados. O outro ramo da produção primária, a extrativa mineral teve, também, bom desempenho no período, sem, contudo, alterar sua pequena participação no total de empregos formais.

Todos os setores industriais processadores de produtos primários selecionados tiveram crescimento no numero de empregados formais no período, sendo que a indústria alimentícia foi o único ramo que apresentou crescimento de participação no total do emprego formal. O peso do conjunto dos setores ligados direta e indiretamente ao setor primário – agricultura, extração mineral e agroindústria – no total do emprego formal se reduziu de 15,1%, em 1996, para 14,3%, em 2006. Essa perda de importância relativa se deve, em grande media, ao desempenho da agricultura e das indústrias da madeira e mobiliário, da borracha, fumo, couro e similares e da têxtil. Vale notar, de um lado, que a agricultura se caracteriza por baixo grau de formalização, com seu desempenho se destacando ao que historicamente se observava. De outro lado, os ramos industriais com performance inferior ao do total do emprego foram

[7] Para maiores detalhes ver os textos de MORAES (2007) e DELGADO (2007).

aqueles que atravessaram, no período, dificuldades, notadamente pelo grau de concorrência externa.

Tabela 5- Empregados ocupados em setores ligados à agropecuária e extrativa mineral, Brasil, 1996 e 2006.

Setor de Atividade	1996		2006		Taxa de crescimento anual (%)	Variação absoluta (1.000)
	Absoluto (1.000)	Relativo (%)	Absoluto (1.000)	Relativo (%)		
Agricultura	994	4,2	1.357	3,9	3,2	363
Extrativa Mineral	117	0,5	183	0,5	4,6	66
Madeira e mobiliário	339	1,4	443	1,3	2,7	104
Borracha, fumo, couro e similares	226	0,9	299	0,8	2,8	72
Têxtil	662	2,8	874	2,5	2,8	212
Calçados	203	0,9	307	0,9	4,2	104
Indústria alimentícia	1.046	4,4	1.573	4,5	4,2	528
Subtotal	3.587	15,1	5.036	14,3	3,5	1.449
Total	23.830	100,0	35.155	100,0	4,0	11.325

Fonte: MTE/Relação de Informações Sociais, vários anos.

Com a tabela 6 se buscar avaliar o grau de aderência, em 1996 e 2006, dos dados de emprego formal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios com os da Relação de Informações Sociais, especialmente para o setor agrícola. Selecionando-se na Pnad 2006 apenas os empregados com carteira no setor agrícola e não agrícola chega-se, respectivamente, a 1,6 e 34,5 milhões de trabalhadores. Verifica-se um expressivo grau de aderência com os dados da RAIS de 2006, que contabilizou 33,8 e 1,4 milhões de empregados não-agrícolas e agrícolas, respectivamente. Efetivamente, no caso dos trabalhadores agrícolas, a cobertura da RAIS passou de 74%, em 1996, para 85%, em 2006. Cotejando com a cobertura para os trabalhadores não agrícolas, verifica-se que a maior parte dos empregados formais não captados pela RAIS, em termos relativos, está ligada ao setor agrícola.

As informações da PNAD permitem calcular o grau de formalidade dos empregados agrícolas. Observa-se que a taxa de formalização é baixa, 30% e 33% em 1996 e 2006, respectivamente. Já para os empregos não agrícolas, o grau de formalização é bem maior, praticamente o dobro, atingindo 66% nos dois anos.

Tabela 6 - RAIS e PNAD: Empregos agrícolas, 1996 e 2006 Brasil

Categoria de trabalho	1996		2006	
	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS
Empregados formais				
Agrícola	1.311.300	972.625	1.591.062	1.357.230
Não agrícolas	23.099.943	21.844.605	34.495.223	33.798.019
Total de ocupados				
Agrícola	4.392.716		4.773.188	
Não Agrícola	34.897.882		52.064.446	
Grau de formalidade (empregados agrícolas formais)	29,9		33,3	
Cobertura RAIS/PNAD Empregados agrícolas	74,2		85,3	

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
MTE/Relação de Informações Sociais, vários anos.
Nota: Em 1996 a PNAD não cobria as regiões rurais do norte o que pode acarreta alguma dificuldade na comparação com a MTE/RAIS

3 – Diferenças regionais no trabalho e na renda rurais

As especificidades regionais quanto ao perfil ocupacional dos trabalhadores rurais encontram-se sumarizadas na tabela 7, onde são apresentados, para estados selecionados, a

composição dos ocupados rurais, segundo a posição na ocupação, e o peso das atividades não agrícolas em cada uma das posições. Os estados foram selecionados por resumirem, grosso modo, os diferentes perfis ocupacionais no meio rural brasileiro.

Com base nos dados da tabela 7 fica patente a existência de diferentes perfis ocupacionais da mão-de-obra rural, ainda que se observa em todos estados, salvo em São Paulo, uma participação expressiva das posições na ocupação – conta-própria e não remunerados – que caracterizam a presença de agricultura familiares. Ainda assim, as diferenças de participação dessas posições na Bahia e em Santa Catarina frente ao Mato Grosso e Minas Gerais, indicam que nos últimos a agricultura familiar tem menor peso, destacando-se o grau de assalariamento. Efetivamente, enquanto em Minas e Mato Grosso, os empregados representam 35% e os agricultores familiares ao redor de 55%.da PEA rural, nos estados selecionados do Sul e Nordeste essas participações estão ao redor de 30% e 65%, respectivamente. Existem, por outro lado, diferenças bem marcantes entre os empregados de Santa Catarina frente aos da Bahia, que ilustram a disparidade no grau de desenvolvimento desses estados. Enquanto em Santa Catarina predominam os empregados com carteira e as ocupações não-agrícolas, na Bahia, a maior parte dos empregados rurais é informal e desenvolvem, em sua grande maioria, atividades não agrícolas. Já entre Minas Gerais e Mato Grosso, a diferença se situa no tipo de assalariamento e na importância das ocupações não agrícolas, com os empregados do Mato Grosso se dedicando mais as atividades agrícolas e, com uma maior participação, dos formalizados. Ademais, no Mato Grosso é onde as atividades não agrícolas têm menor peso dentre os autônomos (conta-próprias) rurais, indicando a ascendência do agrícola nesse estado e, por conseguinte, em sua região.

Tabela 7- Composição da população economicamente ativa no meio rural e participação do trabalho não agrícola rural, segundo as posições na ocupação, em estados selecionados, 2006.

Posição na Ocupação	Bahia		Minas Gerais		São Paulo		Santa Catarina		Mato Grosso		Pará	
	composição (%)	% não agrícola	composição (%)	% não agrícola	composição (%)	% não agrícola	composição (%)	% não agrícola	composição (%)	% não agrícola	composição (%)	% não agrícola
Conta própria	27	20	20	21	15	67	26	17	24	9	26	58
Empregado com carteira	7	54	14	42	36	77	17	88	17	31	11	83
Empregado sem carteira	24	24	21	18	17	53	8	47	18	34	19	52
Doméstico	2	100	4	100	11	100	3	100	4	100	3	100
Empregador	1	27	3	24	2	50	5	22	2	38	3	45
Desocupados	3		2		10		2		2		3	
Não remunerados	36	4	36	3	9	18	38	2	33	6	34	36
Total	2.403	19	1.831	20	1.162	60	690	28	385	20	928	51

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Notas: (1): Não se consideraram os membros da PEA sem declaração da posição na ocupação

São Paulo é um caso bem particular, pois na PEA rural as atividades não-agrícolas superam as agrícolas, destacando-se, no cenário nacional, a participação do emprego com carteira, do emprego sem carteira e do trabalho doméstico. E, mesmo entre as posições na ocupação típicas dos agricultores familiares a participação das atividades não agrícolas é muito significativa, chegando a representar mais de 2/3 entre os conta-próprias. O Pará apresenta, também, uma elevada participação das atividades não agrícolas entre os ocupados rurais, chegando, inclusive, a superar os que desenvolvem atividades não agrícolas, sendo que, por outro lado, a composição de sua mão-de-obra rural pelas diferentes posições de ocupação é bastante similar a que se observa para o país como um todo. Depreende-se disso que no Pará os chamados agricultores familiares estão mais voltados às atividades não-agrícolas do que em outros estados.

Os gráficos 5 e 6 mostram o desempenho da renda rural domiciliar *per capita* e o comportamento de sua composição, entre 1996 e2006, para os estados selecionados. São

patentes as diferenças de composição da renda entre estados, com a renda proveniente do trabalho agrícola se destacando no Mato Grosso e, em menor grau, em Minas Gerais e em Santa Catarina. Na Bahia a participação da renda agrícola é menos expressiva, decorrente do fato das rendas das aposentadorias e pensões e das transferências de renda terem um peso bem significativo. São Paulo e no Pará são os estados onde a renda do trabalho não-agrícola responde pela maior parcela da renda rural domiciliar *per capita* – cerca de 55%. Em termos da evolução da composição da renda, observa-se, grosso modo, a perda de participação da renda do trabalho, sendo que em seus sub-componentes tem desempenhos específicos em Santa Catarina e São Paulo. No primeiro estado, a participação da renda agrícola aumenta de 39 % para 44%, com queda expressiva no peso da renda do trabalho não agrícola[8]. Já, em São Paulo, é a renda não-agrícola que tem sua parcela incrementada de 54% para 61%.

Esse comportamento da participação da renda agrícola em Santa Catarina e Mato Grosso pode ser creditado ao dinamismo da agropecuária. Para São Paulo e Minas Gerais, apesar de contarem com um setor agropecuário dinâmico e representativo no cenário rural, são economias bem mais diversificadas, implicando na maior presença de outras fontes de renda, notadamente, as oriundas do trabalho não-agrícola. Já na Bahia, como já apontado, a queda na participação da renda agrícola no total da renda domiciliar rural *per capita* é resultado do crescimento real do valor das aposentadorias rurais, em razão da política de valorização do salário mínimo, e da ampliação dos benefícios assistenciais e dos programas de transferência de renda.

Nessa direção, chama a atenção o crescimento de participação das outras fontes de renda que não o trabalho, chegando a responder por quase 40% da renda rural na Bahia e, no mínimo, por 17%, no Mato Grosso. Bahia e Minas Gerais são os estados onde se sobressaem as rendas de aposentadorias e das transferências de renda, consistente com o fato de apresentarem elevados contingentes populacionais pobres no campo.

O gráfico 6 mostra que desempenho da renda rural domiciliar *per capita* mensal, entre 1996 e 2006, foi, grosso modo, positivo em todos os estados selecionados, salvo em São Paulo, onde a renda preservou-se no mesmo patamar. Verdade que em Santa Catarina e, em menor grau, no Mato Grosso o aumento da renda foi mais expressivo, chegando, inclusive, a dobrar no primeiro caso. O desempenho da renda rural domiciliar *per capita* mensal desses dois estados fez com que seus valores que, em 1996, eram 74% e 56% da renda paulista, passassem a representar 134% e 73%. Como o comportamento nos estados de menor renda foi menos expressivo, assistiu-se a um aumento na divergência entre as rendas.

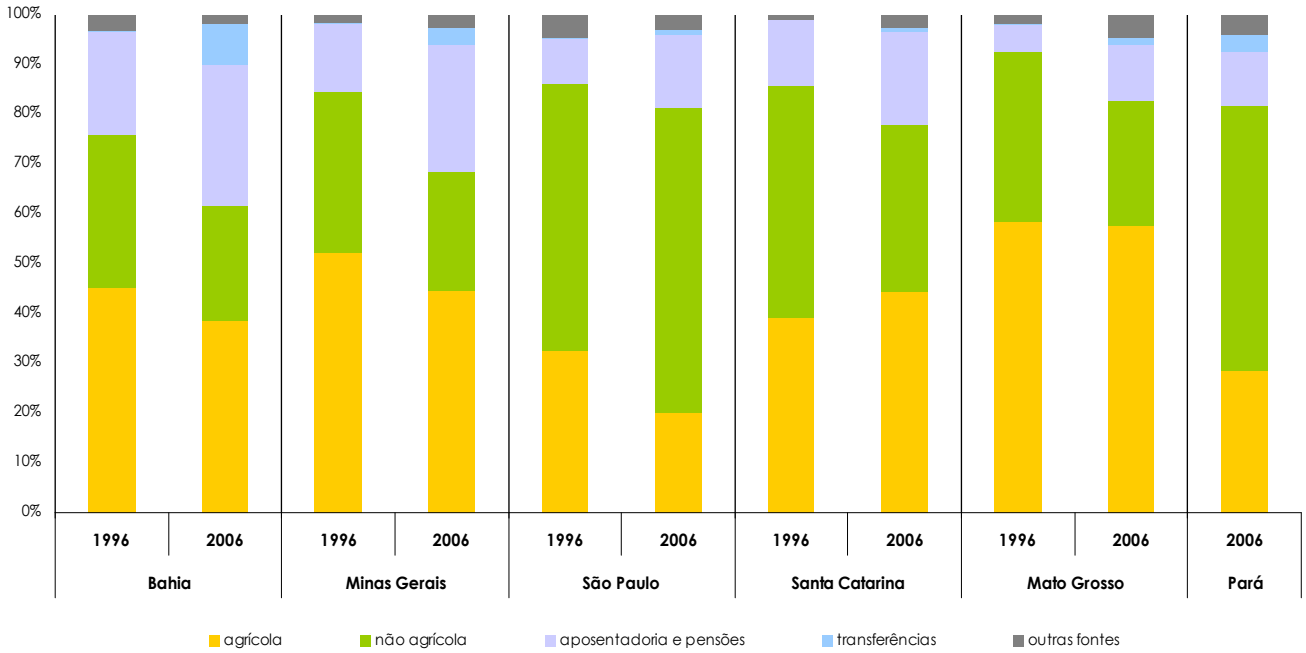
Com o objetivo de enriquecer a análise do mercado de trabalho no campo, decidiu-se avaliar o desempenho do rendimento do trabalho, inclusive de sua desigualdade, no Brasil e nos estados selecionados, para os anos de 1996, 1999, 2002, 2005 e 2006 (tabela 8). É possível verificar que houve grandes perdas no salário real do setor agrícola, nos anos 90, exceto para o estado de São Paulo. A explicação para as perdas salariais no setor agropecuário se deve a conjuntura macroeconômica brasileira com câmbio valorizado, o que provocou queda nos preços agrícolas no mercado interno. Além disso, a valorização cambial restringia a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros no mercado externo, somando-se a isso a baixa nos preços das commodities agrícolas para o período observado.

No período pós-desvalorização do plano real assiste-se a uma melhoria na competitividade dos produtos agropecuário e uma melhoria dos preços tanto no mercado interno quanto no externo incentivada pelo crescimento da demanda por alimentos nos mercados mundiais, principalmente o mercado asiático. A crise que houve em 2005 não foi

[8] Mato Grosso, o outro estado caracteristicamente agrícola dos aqui selecionados, apresenta desempenho semelhante, uma vez que a participação da renda agrícola diminui marginalmente, com queda na parcela do trabalho não agrícola.

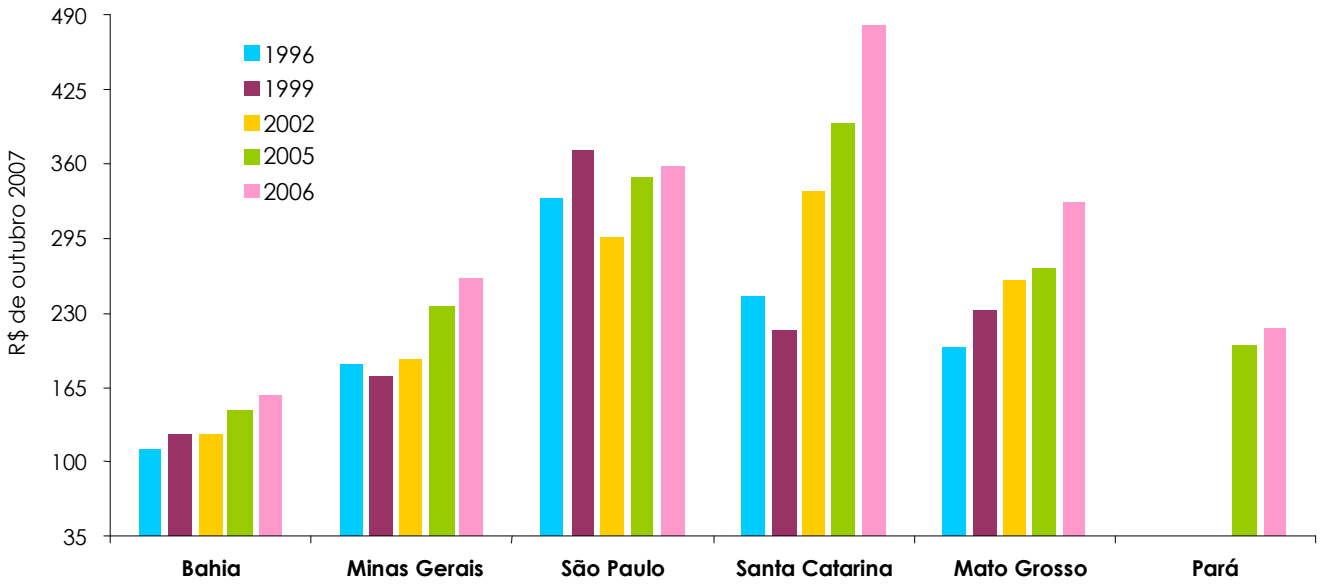
grande o suficiente para de afetar a recuperação dos salários agrícolas ocorrida depois de 2001.

Gráfico 5 - Evolução da composição da renda domiciliar per capita rural, para estados selecionados 1996 e 2006.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Notas: (1): Valores deflacionados pelo INPC-A.

Gráfico 6 - Evolução da renda domiciliar per capita rural em estados selecionados 1996, 1999, 2002, 2005 e 2006



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Nota: (1): Valores deflacionados pelo INPC-A.

Regionalmente, observou a recuperação dos salários agrícolas nos estados analisados, tendo, o salário real, em 2006, ultrapassado os valores de 1996, salvo na Bahia. Além do câmbio e dos preços das *commodities* agrícolas, há outros fatores que afetam a renda do

trabalho agrícola. Como mencionado na primeira parte do trabalho, há a necessidade de se investigar algumas mudanças no perfil do trabalhador agrícola e verificar em que medida estas mudanças podem estar também provocando pressões nos salários agrícolas.

Nesta linha é preciso compreender dois movimentos cujas forças somadas têm importante impacto sobre os salários agrícolas. De um lado, parece haver uma relativa escassez de mão-de-obra em algumas áreas rurais, sobretudo de trabalhadores mais qualificados e nas regiões de crescimento intensivo da produção agropecuária – cana-de-açúcar no Centro-Sul, sojicultura e cotonicultura no Centro-Oeste, culturas cerealistas no cerrado setentrional e expansão das atividades agropecuárias na Amazônia Oriental[9]. Some-se a este fato, os programas de transferência de renda, que retiraram parte da força de trabalho, a infantil e a adolescente, em razão das condicionalidades dos programas, e as de baixa remuneração, pois o ganho de uma renda certa afasta os trabalhadores do trabalho precário e degradante.

Tabela 8 - Evolução da renda do trabalho agropecuário(1), Brasil e estados selecionados (R$ set/2007)

Estados e Brasil	1996	1999	2002	2005	2006
Bahia	348,97	296,88	313,96	336,59	332,54
Minas Gerais	548,43	488,43	502,44	528,96	558,89
São Paulo	767,72	825,80	757,65	970,88	895,66
Santa Catarina	749,09	617,50	811,04	914,56	1.144,57
Mato Grosso	717,09	663,78	889,72	759,72	906,62
Brasil (exceto Norte)	544,33	475,58	517,01	526,81	556,29

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Notas: (1): Considerou-se somente as rendas positivas
(2): Valores deflacionados pelo INPC-A.

É preciso compreender que este movimento não é uniforme em todo país. Em regiões de agricultura mais dinâmica como é o caso de Santa Catarina e Mato Grosso, o primeiro muito ligado à agricultura familiar e o segundo ao agronegócio patronal, o impacto desse movimento tende a ser maior. Em regiões de menor dinamismo agropecuário esse impacto tenderia a ser menos relevante, pois estas áreas são voltadas para uma agricultura de subsistência. É necessário fazer, ainda, uma distinção desses dois tipos de trabalhador agrícola com aquele que está no entorno de grandes aglomerados urbanos. Nos últimos anos, tem se observado nas regiões metropolitanas brasileiras um processo de criação de condomínios de fim de semana, chácaras e pequenas fazendas. Esse movimento, que atinge todas classes sociais, desde os condomínios de luxo até as chácaras de baixa e média renda, tem elevado a demanda por trabalhadores agrícolas, voltados para a manutenção de pequenas criações, jardins, pequenas hortas, e pequenos serviços em geral. Além disso, este movimento contribui para a migração do trabalhador agrícola para outras atividades, como aquelas ligadas a construção civil (pedreiro, carpinteiro, eletricista), o que por sua vez provoca uma pressão de demanda nos salários agrícolas.

A tabela 9 apresenta a evolução da desigualdade da renda do trabalho agropecuário no Brasil e nos estados selecionados. Não se observam comportamentos bem demarcados, ainda que, entre 1996 e 1999, tenha ocorrido um melhora distributiva em todos os estados, salvo São Paulo, e no país como um todo, acompanhada da queda na renda, como analisado acima. Nos anos seguintes, o índice de gini, grosso modo, voltou a crescer, retornando aos níveis de

[9] Além disso, pode-se aventar o fato de que nos momentos de crescimento da demanda por produtos agropecuários, agricultores familiares passam a dedicar mais tempo em suas terras, diminuindo, portanto, o tempo de trabalho em outras propriedades.
Caberia, também, examinar se o crescimento no número de famílias assentadas nos últimos anos não vem contribuindo para a diminuição da oferta de trabalho agrícolas para o segmento patronal ou comercial.

1996, salvo em Minas Gerais. Ou seja, parece que haver uma relação negativa entre o comportamento da renda do trabalho agrícola e seu grau de concentração. Soma-se a isso, um descolamento entre o comportamento da renda domiciliar rural e as mudanças na renda das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias.

Tabela 9 - Evolução do índice de Gini da renda do trabalho agropecuário(1), Brasil e estados selecionados

Estados e Brasil	1996	1999	2002	2005	2006
Bahia	0,582	0,552	0,584	0,573	0,573
Minas Gerais	0,544	0,524	0,532	0,526	0,485
São Paulo	0,494	0,524	0,523	0,578	0,520
Santa Catarina	0,522	0,515	0,481	0,503	0,531
Mato Grosso	0,517	0,481	0,583	0,481	0,547
Brasil (exceto norte)	0,582	0,552	0,584	0,573	0,573

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
Notas: (1): Considerou-se somente as rendas positivas.

Quanto ao grau de formalização do trabalho agrícola, verifica-se, com base nos dados da tabela 10, a presença de perfis regionais bem demarcados. Efetivamente, São Paulo e, em menor grau, Mato Grosso se caracterizam por contarem com parcelas expressivas de seus empregados agrícolas formalizados, com níveis de formalidade, em 2006, de 2/3 e 1/2, respectivamente. No caso do Mato Grosso, há que sublinhar que esse nivel de formalidade foi resultado do desempenho dos últimos dez anos, como se pode observar pela variação na formalidade tanto na Rais como na Pnad. Em seguida, situam-se Minas Gerais e Santa Catarina, onde pouco mais de 1/3 dos empregados agrícolas estavam formalizados. Assim como para os dados nacionais, a aderência entre Rais e Pnad é significativo, salvo no caso da Bahia, estado que, ademais, tem a imensa maioria dos seus empregados contratados sem carteira.

Tabela 10 - Evolução da formalidade do emprego assalariado agrícola e comparação RAIS com PNAD - 1996 e 2006

Estados	Grau de formalidade no emprego assalariado agrícolas PNAD		Cobertura RAIS/PNAD Emprego assalariado agrícola formal		Variação formalidade 1996/2006	
	1996	2006	1996	2006	PNAD	RAIS
Bahia	15,8	18,7	54,6	61,3	44,0	61,6
Minas Gerais	31,3	34,6	76,4	89,8	11,1	30,7
São Paulo	52,1	65,3	83,3	80,7	19,6	15,8
Santa Catarina	42,9	35,8	65,4	138,7	-30,4	47,6
Mato Grosso	25,2	48,3	68,8	90,9	133,2	208,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vários anos.
MTE/Relação de Informações Sociais, vários anos.
Nota: Em 1996 a PNAD não cobria as regiões rurais do norte o que pode acarreta alguma dificuldade na comparação com a MTE/RAIS

4 – Considerações finais

A primeira metade da década de 2010 se distingue do que se observou no mercado de trabalho do meio rural brasileiro durante da década de 1990. Ao contrário do que se observou na década anterior, a População Economicamente Ativa (PEA) se estabilizou nos primeiros anos da presente década. Ao contrário da década anterior, nos últimos 6 anos a renda do trabalho voltou a crescer, tendo aumentado em 20% em termos reais entre 2002 e 2006. Por outro lado, a desigualdade na distribuição de renda vem diminuindo ao longo do tempo.

Observa-se, de forma coerente com o que já vinha ocorrendo que ocorre um aumento da diversificação das fontes de renda e chama-se atenção para a importância das transferências de renda, principalmente para a parcela mais pobre da população rural.

No caso do mercado de trabalho rural, nos primeiros seis anos da década mostram uma inversão em termos de importância da renda do trabalho agrícola em detrimento da renda do trabalho não-agrícola. Diferentemente do que se observou no final dos anos 1990, quando a renda do trabalho não agrícola chegou a responder por 42% da renda total, contra apenas 38% da renda de atividades agrícolas, essa relação voltou a se inverter. Uma explicação possível está ligada a dois fatos: a desvalorização do real, em 1999, e a forte demanda internacional por commodities agrícolas que provocaram a elevação dos preços nos últimos anos. A manutenção desse desempenho dependerá muito do cenário econômico mundial nos próximos anos e da manutenção de uma demanda por alimentos aquecida.

Há outros fatores que ajudam a compreender as mudanças observadas nos últimos anos e que carecem de mais estudos, qual o efeito das transferências de renda sobre a renda do trabalho nas áreas rurais? Será que elas têm provocado algum tipo de pressão sobre os salários? Por outro lado, é preciso mensurar até que ponto os programas de transferência de renda tem conseguido retirar parte da força de trabalho adolescente do mercado de trabalho, enxugando a oferta de mão-de-obra nas áreas rurais. Estas são considerações e hipóteses que podem ser vislumbradas a partir das informações, mas que carecem de um teste estatístico e econométrico mais preciso. Parece estar havendo também uma maior formalização do emprego nas áreas rurais, o cruzamento da PNAD e da RAIS, parece indicar para esta hipótese.

O aspecto negativo que se observa pela primeira vez é a ocorrência de algo que até então não se verificava no meio rural brasileiro: o desemprego é novidade dos últimos anos. No início dos anos 1990, a taxa de pessoas desocupadas nas áreas rurais era de 1,6% e nos últimos anos, 2005 e 2006 essa taxa chegou a 3% da PEA, ou seja, praticamente dobrou.

No que tange as diferenças regionais, parece ter ocorrido algum tipo de convergência entre os estados no que diz respeito a renda. Isso pode ser explicado mais pela grande queda da renda domiciliar per capita rural observada no estado de São Paulo e pelo crescimento da renda domiciliar per capita em outros estados, como Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia.

Em relação à composição da renda, as diferenças regionais ainda são significativas. Em estados como Santa Catarina e Mato Grosso, cuja agropecuária é forte, a participação da renda agrícola na composição da renda total se preserva ou aumenta.Nos demais estados assisti-se a uma ligeira queda de importância da renda agrícola na renda total.

O movimento mais notável, no entanto, diz respeito a perda de importância da renda de atividades não agrícolas para a composição da renda total, exceto no caso paulista. Grande parte dessa mudança está ligada a dois aspectos: as aposentadorias e pensões, e principalmente as transferências de renda, que se destacam nos estados mais pobres: Bahia, Minas Gerais e Pará.

5 – Referências bibliográficas

ANDERSON, D; e LEISERSON, M. Rural nonfarm employment in developing countries. *Economic Development and Cultural Change*, V. 28, No. 2. PP. 227-248, 1980.

BALSADI, O. V. & GOMES, E. G. Evolução das condições de vida das famílias de empregados na agricultura brasileira no período 1992-2004. *Revista de Economia Agrícola,* São Paulo, v. 54, n. 2, jul./dez. 2007.

CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds). *O novo rural brasileiro: uma análise regional.* Jaguariuna: Embrapa-Meio Ambiente/ Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

CONCEIÇÃO, P. H. Z. da & CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. Atividades não-agrícolas no Brasil rural. *VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, Associação Latinoamericana de Sociologia Rural, Quito, 20-24 de novembro de 2006.

CORRÊA, A. M. C. J. & FIGUEIREDO, Nelly M. S. de. Distribuição de rendimentos na agricultura brasileira: uma análise exploratória com informações das PNAD'S. *Pensamento & Realidade*. Faculdades São Luís, São Paulo: Ed. Loyola, ano IX, n. 19, novembro 2006.

DE JANVRY, A; SADOULET, E; e WILCOX, L. *Rural labor in Latin America.* WEP Working Paper, International Labor Organization, 1986.

DEL GROSSI, M. & GRAZIANO DA SILVA, J. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. *Parcerias Estratégias*, Brasília, CGEE, n. 22, junho de 2006.

DELGADO, G. C. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. *Texto para Discussão n. 1025*, Brasília: IPEA, junho de 2004.

_____. Setor sucro-alcooleiro: tendências recentes da produção e do Mercado de Trabalho, Brasília, 2007, mimeo.

DINIZ, B. P. C. et al. Perfis dos rendimentos e dos orçamentos familiares brasileiros: o que diferencia o rural? *Texto para Discussão (no prelo)*, Brasília: IPEA, 2008.

FIGUEROA, A. *La economía campesina em la Sierra del Perú.* Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Edições Campinas, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. E. Rural Nonfarm employment and incomes in Brazil: patterns and evolution. *World Development*. Vol. 29 No. 3 pp. 443-453, 2001.

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise n. 13 – edição especial*. Brasília: IPEA, 2007 (capitulo do Desenvolvimento Rural).

KAGEYAMA, A. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. *Agricultura em São Paulo*. São Paulo: V. 51, No. 2 p. 71-84, 2004.

_____. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 a 2001. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 1, jan.-jun. 2003.

KLEIN, E. *El empleo rural no agricola en America Latina.* Document 364, Santiago: PREALC/ILO,1992.

MORAES, M. A. F. D. de. Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar do Brasil no período 1992-2005. *Estudos econômicos*. São Paulo, v. 37, n. 4, out.-dez.2007.

NEDER, H. D. The effects of non-agricultural activities on income distribution in rural Brazil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v. 41, n.2, abr./jun. 2003

NEY, M. G. *Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro.* Tese de Doutoramento. IE-Unicamp, Campinas, 2006.

REARDON, T; BERDEGUÉ, J; ESCOBAR, G. Rural nonfarm employment and incomes in Latin America: overview and policy implications. *World Development.* Vol. 29 No. 3 PP. 395-409, 2001.

REARDON, T; CRUZ, M. E; BERDEGUÉ, J. Los pobres em el desarrollo Del empleo rural no agrícola em América Latina: paradojas e desafios. Trabajo apresentado en el Tercer Simposio Lationoamericano de Investigatión y Extensión en Sistemas Agropecuarios, Lima, agosto de 1998.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste. *Parcerias Estratégias*, Brasília, CGEE, n. 22, junho de 2006.

SILVEIRA, F. G. et al. Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil. *Texto para Discussão n. 1278*, Brasília: IPEA, maio de 2007.